



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ESTAGIÁRIO DE DIREITO

Prova objetiva de múltipla escolha, de caráter classificatório. Disciplinas: Ciência Política e Teoria do Estado, Comunicação Jurídica, Economia Social e Jurídica, Introdução à Filosofia e Introdução ao Estudo do Direito, com 20 questões.

INSTRUÇÕES

1. É permitida a utilização exclusiva de caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os demais pertences pessoais devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala. Aparelhos de celular devem ficar desligados e longe do alcance do candidato.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de qualquer aparelho, nem livros, anotações de bolso ou outro material de consulta.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e da identificação.
5. A ausência justificada deverá ser comunicada ao fiscal, permanecendo o candidato no mais absoluto silêncio, novamente sem nenhuma comunicação interna ou externa.
6. O Caderno de Provas é dotado de 20(vinte) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta CORRETA.
7. O candidato poderá levar o Caderno de Questões.

QUESTÕES:

- 1ª)** Assinale a alternativa INCORRETA nas seguintes frases:
- a) A República Federativa do Brasil é formada pela união de Estados e Municípios e do Distrito Federal.
 - b) A soberania do Estado e a cidadania são fundamentos do Estado Democrático de Direito.
 - c) O poder emana do povo e é exercido somente pelos representantes eleitos.

d) Os poderes se dividem em Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo.

2ª) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) o direito individual de todo e qualquer cidadão sempre sobrepõe ao interesse do Estado.
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

3ª) São ações previstas na Constituição Federal, exceto:

- a) mandado de segurança.
- b) habeas corpus.
- c) revisional de alimentos.
- d) habeas data.

4ª) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A constituição brasileira admite a naturalização de estrangeiros.
- b) São considerados brasileiros somente os nascidos no Brasil.
- c) Não é considerado brasileiro nato os nascidos no estrangeiro, ainda que o pai ou a mãe tenham nascido no Brasil.
- d) Podem ser Presidente da República todos os que tenham cidadania brasileira, inclusive os naturalizados.

5ª) Sobre os direitos políticos, é correto afirmar que:

- a) Não é admitido o referendo popular.
- b) O voto não é obrigatório para os analfabetos e maiores de 70(setenta) anos.
- c) Admite-se o plebiscito somente em tempo de guerra.
- d) O voto é indireto e secreto.

6ª) São princípios da administração pública, exceto:

- a) Legalidade.
- b) Pessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Eficiência.

7ª) Assinale a alternativa que represente a mais CORRETA conjunção da estrutura de uma petição dirigida ao Juiz, com as seguintes partes:

- 1) Em desfavor do réu Antônio Alface.
- 2) A presente ação de despejo.
- 3) José Casquinha promover.
- 4) Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito.

- a) 4, 3, 2 e 1.
- b) 3, 2, 4 e 1.
- c) 3, 1, 4 e 2.
- d) 3, 4, 1 e 2.

8ª) Assinale a única alternativa CORRETA, relativa aos princípios fundamentais, tendo em vista a relação entre as pessoas e o Estado.

a) Os princípios do contraditório e da ampla defesa se efetivam com a simples intimação do interessado no processo administrativo, dispensando a produção de provas para garantir a celeridade do processo ou para atender razão de interesse público.

b) O direito à informação compreende o acesso aos dados e às informações particulares do interessado, não devendo os órgãos públicos prestarem informações de interesse coletivo ou geral a terceiros, diante do sigilo inerente ao interesse público estatal, sob pena de responsabilidade civil e criminal de quem as prestar.

c) O princípio da isonomia veda o tratamento diferenciado de indivíduos, por parte do Estado, com fundamento na utilização de fatores legais e legítimos de discriminação, a exemplo das políticas públicas de inclusão e acessibilidade.

d) A exigência de certos requisitos ou pressupostos de admissibilidade para a defesa administrativa, no intuito de desenvolver um processo formal regular e válido, não viola o princípio do devido processo legal.

9ª) Julgue as proposições a seguir relativas ao Conceito de Política Social e assinale a opção **INCORRETA**. CIÊNCIA POLÍTICA.

a) O conceito de política social se define em razão de seus componentes históricos e se refere às formas de proteções sociais desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX.

b) A política social está referida a um conceito mais amplo de sistema de proteção social, isto é, formas às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio ou as privações.

c) A política social, no mundo contemporâneo tem um núcleo, historicamente constituído, que engloba pelo menos as políticas de emprego e renda, de previdência, de saúde, de educação e de assistência social.

d) Os critérios para alocar recursos seguem basicamente três modalidades: tradição, mercado, política e supõe que o surgimento de uma está diretamente relacionado com o desaparecimento de outra.

10ª) A Teoria Geral do Estado é uma ciência que estuda o Estado nos seus mais amplos aspectos e conexões com outras ciências, e isto porque o Estado é uma instituição de caráter:-

- a) sociológico.
- b) científico.

- c) filosófico.
- d) jurídico.

11ª) Ao disciplinar a atividade econômica do Estado, a Constituição da República prevê que:

a) empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de prestação de serviços poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, nas hipóteses previstas em lei, com vistas a estimular a competitividade no setor.

b) a lei estabelecerá, entre outros, o estatuto jurídico da sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, dispondo sobre sua sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

c) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definidos em lei.

d) a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados constituem monopólio da União, que poderá contratar com empresas estatais ou privadas sua realização, observadas as condições estabelecidas em lei.

12ª) Frases:

1 - A Constituição brasileira veda a exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado.

2 - Porque a ordem econômica na Constituição é fundada, dentre outros, na livre iniciativa.

Analisando-se as duas afirmações acima, à luz da ordem constitucional brasileira, conclui-se que:

a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.

b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.

c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.

d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.

13ª) Preocupados com as questões políticas de seu tempo, Karl Marx e G. W. F. Hegel, apresentaram pontos de vista contrários acerca do Estado. É correto afirmar que o Estado:

a) funda a sociedade civil, que é marcada pelo conflito entre interesses particulares ou privados, de acordo com Marx.

b) para Hegel, é sempre despótico, a despeito de sua forma ou moldura institucional, podendo ser ele até mesmo uma monarquia constitucional ou uma república.

c) não visa ao bem comum, mas é puro e simples instrumento de domínio de uma classe sobre outra classe, segundo Marx.

d) Nenhuma das alternativas.

14ª) A Filosofia política grega esteve totalmente voltada para a busca do "bom governo" ou do regime justo. Entre os filósofos da Grécia antiga, Platão e Aristóteles foram os principais críticos das formas de governo de seu tempo. Apesar de divergirem em muitos aspectos, é correto afirmar que eles estão de acordo quanto à ideia de que a:

- a) monarquia e a tirania são formas imperfeitas de governo, pois, em ambas, a lei coincide com a vontade pessoal do governante.
- b) "cidade boa" ou justa depende da virtude de quem a governa, não havendo, pois, separação entre ética e política.
- c) democracia é a forma de governo mais perfeita, já que nela predomina o ideal do bem comum e da felicidade de todos.
- d) Nenhuma das alternativas.

15ª) Direito subjetivo é:

- a) O poder reservado aos magistrados.
- b) Um conceito originário do "socialismo jurídico".
- c) Um poder conferido pela norma jurídica para a ação de um sujeito.
- d) Um interesse individual objetivo e determinado pela moral.

16ª) Em relação às diferenças entre Direito Positivo e Direito Natural, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Direito Positivo tem eficácia apenas para as comunidades políticas em que é posto e o Direito Natural é universal, tem validade geral.
- b) O Direito Positivo, ao contrário do Direito Natural, é mutável.
- c) O Direito Positivo é posto pelo Estado e não por uma força divina ou consequência lógica do pensamento racional.
- d) O Direito Positivo estabelece aquilo que é "bom" ou "mau" e não o que é útil, como faz o Direito Natural.

17ª) De acordo com as acepções do vocábulo "direito", assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A frase "o direito assegura aos presos o respeito à integridade moral e física" corresponde ao "direito" significando NORMA.
- b) Quando dizemos "o direito não permite o furto", estamos empregando a palavra "direito" com o significado de NORMA.
- c) A frase "cabe ao direito estudar a criminalidade" corresponde ao "direito" significando CIÊNCIA.
- d) São exemplos do uso da palavra "direito" na acepção de justiça: o direito de usar um imóvel. o direito de cobrar uma dívida. o direito de propor uma ação. o direito do Estado de legislar ou de punir.

18ª) Assinale a alternativa CORRETA em relação às características da moral:

- a) A moral é composta por regras de condutas que cumprem duas funções: orientar o comportamento dos indivíduos na vida cotidiana (todos devem fazer o bem e evitar a prática do mal) e prevenir e solucionar conflitos.

b) As sociedades modernas não são individualistas, todos estão submetidos às regras morais dominantes, e por este motivo, é possível para o direito estar em conformidade com todos os sistemas morais.

c) A moral pode ser autônoma ou heterônoma.

d) As sanções morais são difusas e informais e podem ser aplicadas mediante coerção.

19ª) O OBJETIVO DA CIÊNCIA POLÍTICA É:

a) a finalidade óbvia do Governo.

b) a direção de uma autoridade.

c) fornecer uma visão clara do que seja um bom governo.

d) compreender o estudo do Estado enquanto ente político.

20ª) O ESTADO TEM POR FINALIDADE:

a) fornecer a todas as outras sociedades as condições necessárias para atingirem sua finalidade própria.

b) buscar o estudo das instituições políticas.

c) o uso do Poder pelo próprio Governante para atingir seus fins.

d) cercear os direitos e garantias fundamentais.